

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Sétima Sessão Ordinária

7 – 12 de Junho de 2015

Joanesburgo, ÁFRICA DO SUL

EX.CL/899(XXVII)

Original: Inglês

**RESULTADOS DO RETIRO DO CONSELHO EXECUTIVO REALIZADO
EM SANDTON SOBRE O PRIMEIRO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO
DECENAL DA AGENDA 2063**

RESULTADOS DO RETIRO DO CONSELHO EXECUTIVO REALIZADO EM SANDTON SOBRE O PRIMEIRO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DECENAL DA AGENDA 2063

A. INTRODUÇÃO

1. Em conformidade com as recomendações do primeiro Retiro do Conselho Executivo da União Africana que foi realizado em Bahir Dar, Etiópia, em Janeiro de 2014, decidiu-se realizar Retiros regulares. A realização de Retiros Ministeriais regulares tem como premissa a necessidade de proporcionar ao Conselho Executivo a oportunidade para apresentar questões de natureza estratégica que o continente enfrenta com a devida antecedência, para permiti-los trocar pontos de vista e opiniões e mais importante interiorizar esses pontos de vista antes do início da sessão formal do Conselho. As recomendações estabeleceram, igualmente, o Comité de Acompanhamento do Retiro Ministerial de Bahir Dar para fiscalizar a implementação das decisões do Retiro.
2. Desde então, realizou-se duas reuniões do Retiro Ministerial de Acompanhamento cujos relatórios foram submetidos ao Conselho Executivo na sua reunião de Janeiro de 2015 em Adis Abeba, Etiópia, que decidiu convocar o próximo Retiro Ministerial durante a Cimeira da UA de Junho de 2015, na África do Sul.
3. Os discursos de abertura que foram proferidos por S.E. Simbarashe S. Mumbengegwi, Presidente do Conselho Executivo e por S.E. a Dr. Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da Comissão da União Africana, enfatizaram a necessidade de África envidar esforços orientados para o alcance dos objectivos da Agenda 2063.
4. O Retiro centrou-se nas áreas prioritárias que visam posicionar a União Africana para responder às expectativas da Agenda 2063 da UA, com linhas gerais claras do Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.
5. Entre outros aspectos, o Retiro comprometeu-se em prosseguir com todos os processos que iriam permitir a materialização das Zonas de Comércio Livre Continental de África (ZCLC), desenvolver o seu mercado interno e redefinir o seu regime de tarifas sobre bens importados e as matérias-primas de África. Houve um entendimento de que a livre circulação de pessoas, bens e serviços sustentada por factores impulsionadores da circulação e comércio iriam acelerar o desenvolvimento e o comércio de África; o Retiro Ministerial abordou questões fundamentais que irão melhorar a materialização da Agenda 2063 e consideradas necessárias para a materialização dos objectivos de desenvolvimento e a integração de África.
6. Para a prossecução do seu desenvolvimento e a agenda de integração, o Retiro concordou sobre a necessidade do Conselho Executivo reunir-se constantemente para desenvolver estratégias sobre a melhor forma de simplificar as Cimeiras da UA em prol de uma maior produtividade e gerir melhor os seus métodos de trabalho. O Retiro identificou mecanismos que deveriam melhorar a harmonização da dinâmica do Ensino Superior de África e as qualificações com vista a providenciar

um processo comum, aceitação e reconhecimento das credenciais que irão facilitar a transferência de conhecimentos, competências e perícia no continente;

7. Deliberou-se sobre as questões relacionadas com a interacção de África ao nível multilateral, bem como a necessidade de África desenvolver estratégias que iriam proporcionar maior ímpeto ao processo inter-governamental de negociação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

8. O Retiro Ministerial concluiu com os resultados orientados para o futuro e com um roteiro considerado necessário para melhorar a materialização dos objectivos de desenvolvimento e integração de África.

9. As deliberações detalhadas sobre estas questões são apresentadas mais adiante nos parágrafos abaixo.

B. DELIBERAÇÕES E RESULTADOS DO RETIRO MINISTERIAL

LIVRE CIRCULAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

10. A sessão destacou os desenvolvimentos dentro do sistema económico internacional começando com o Tratado de Marrakesh, em 1944, a facilitação do comércio, em sequência, e a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) previsto a entrar em vigor em 2017, como um motor de crescimento e desenvolvimento para o continente. Existem indicações de que o comércio intra-africano é actualmente de 12%, e a participação da África no comércio mundial situa-se numa cifra magra de 3%, instando assim, aos Estados-Membros a implementar a ZCLC, que deveria ser a primazia sobre as melhores práticas e com base numa "geometria variável". Assinalou-se igualmente que a COMESA desenvolveu uma enorme variedade de mecanismo de facilitação do comércio, que deveria ser replicado ao nível continental.

11. Na sequência dos debates, o Retiro concordou com o seguinte:

- i. Os Estados-Membros deveriam promover comércio Intra-Africano e as questões de capacidade produtiva para o crescimento e desenvolvimento regional e ao estabelecimento rápido das Zonas de Comércio Livre Continental (CFTA) e a sua operacionalização;
- ii. Os Estados Membros deveriam urgentemente rever o seu regime tarifário e desmantelar todas as barreiras não-tarifárias;
- iii. Há necessidade de promover o empoderamento da mulher, de modo a facilitar o comércio transfronteiriço através da emissão de cartões de identificação especial para as mulheres comerciantes que lhes permite o acesso ao mercado nos outros países, e efectivamente reduzir o trabalho penoso nos postos fronteiriços de forma a melhorar o comércio nas fronteiras;
- iv. Os Estados-Membros deveriam focalizar se no investimento em cadeias de valor, e dar tratamento preferencial aos investidores de África, e promover marcas africanas (feitas em África) para a África, a fim de juntar-se às cadeias globais de valor. Nesse respeito, incentivar respeito para o Estado de direito

nos Estados-Membros, a fim de criar a confiança necessária e entre os investidores;

- v. Há uma necessidade de protecção dos Direitos de Propriedade Intelectual para o Fortalecimento para a salvaguardada inovação e de padrões Africanos;
- vi. Há uma necessidade de estabelecer um Fórum Económico Africano para os Homens de Negócio Africanos realizarem reuniões periódicas de modo a envolverem-se em debates que promovem a compreensão e que forjam laços com o sector privado em todo o continente. Para facilitar este processo criar um observatório de comércio para o fluxo livre de informações de comércio, bem como um Conselho Empresarial Africano;
- vii. Os Estados-Membros deveriam sensibilizar os Embaixadores Africanos em Genebra sobre as questões relacionadas com as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), a fim de forjar uma posição comum Africana com vista a alterar as regras da OMC e torná-las menos pesadas, e propor com urgência mecanismos para a realização duma Conferência de Comércio Africano das dimensões da OMC em África.
- viii. Uma vez que a força da África reside na sua unidade, não há necessidade de garantir que a África fale numa só voz sobre as questões relacionadas com as negociações da OMC. A este respeito, os Ministros dos Negócios Estrangeiros deveriam trabalhar com os seus homólogos no Ministério do Comércio para garantir coordenação eficaz.

LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

12. A Sessão centrou-se nas questões relacionadas com as políticas e estratégias nacionais de migração, suas oportunidades e importância de encarar os desafios para permitir a livre circulação de pessoas em África. A Sessão destacou igualmente as questões relativas aos receios injustificados dos criminosos, das ameaças à segurança nacional, para citar apenas alguns que afectaram em termos negativos o apoio dos países africanos para acelerar a implementação da livre circulação em África.

13. Na sequência dos debates, o Retiro decidiu o seguinte:

- i. Os Estados-membros devem ser encorajados a começar a emitir vistos aos africanos à chegada nos portos de chegada e, em termos práticos, embarcar no princípio da reciprocidade onde aqueles países que permitem a livre circulação devem obter o mesmo gesto;
- ii. Os Estados-membros devem começar a oferecer a todos os africanos as mesmas oportunidades que concedem aos cidadãos dos países localizadas nas suas respectivas Comunidades Económicas Regionais (CER);
- iii. Os Estados-membros, em colaboração com a Comissão, devem empenhar-se no processo de desenvolvimento de capacidades para gerir o fluxo migratório

transfronteiriço, uma vez que esta situação tende a crescer, sobretudo entre as mulheres e os jovens;

- iv. A Comissão deve assegurar que o quadro da Agenda 2063 integre uma componente que a Livre Circulação de Pessoas tenha a inclusão expressa da perspectiva do género e da emancipação dos grupos vulneráveis (mulheres, jovens e pessoas com deficiência);
- v. A Comissão deve realizar uma pesquisa global sobre a livre circulação de pessoas para gerar dados empíricos que servirão de base para o desenvolvimento da Comunidade Económica Africana, suas estruturas, recursos e outras exigências, etc., para a sua execução;
- vi. A Comissão, em colaboração com o Comité dos Representantes Permanentes (CRP), deve organizar urgentemente um Retiro do Conselho Executivo para analisar a questão da livre circulação de pessoas em África.
- vii. A Comissão deve organizar uma Reunião dos Altos Funcionários para validar o Estudo e explorar a implementação eficaz das Constatções.

HARMONIZAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES E ENSINO SUPERIOR EM ÁFRICA

14. A Sessão destacou os esforços feitos na promoção e no reforço da harmonização e padronização do ensino em África, mas também esclareceu a diferença entre as duas.

15. Seguindo as discussões, o Retiro concordou sobre o seguinte:

- i. Os Estados-membros devem criar um mecanismo harmonizado para garantir que o ensino superior em África seja compatível, comparável, com aceitabilidade e reconhecimento claro dos créditos que facilitem a transferência do conhecimento, de competências e experiências;
- ii. Criar um mecanismo sobre modalidades práticas para empoderar a mulher e a juventude africanas na educação e incentivar o seu crescimento sustentável na aquisição do conhecimento. Neste diapasão, garantir que as questões relativas à tradição, estado e relevância do ensino em vários países africanos sejam tomados em consideração nos processos de harmonização do ensino;
- iii. Incluir programas de intercâmbio e auto-emprego nos currículos de educação, ao mesmo tempo que se garante que os processos de harmonização sejam também usados como instrumentos de combate às barreiras linguísticas;
- iv. A Comissão deve assegurar que as questões de harmonização do ensino sejam características constantes na agenda dos Comités Técnicos Especializados (CTE), de modo a permitir que os Ministros responsáveis dêem contribuições e recebam respostas sobre a matéria;

- v. Os Estados-membros e o Sector Privado devem apoiar o financiamento da investigação nas áreas chave do conhecimento, especialmente em ciência e tecnologia, que permitirão os africanos a encontrar solução para os problemas africanos.

70º ANIVERSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS E A SITUAÇÃO DO MULTILATERALISMO

16. A Sessão destacou os princípios básicos do multilateralismo que devem estar baseados na equidade, inclusão, desenvolvimento sustentável e melhoria das condições. Além disso, enfatizou-se que a voz de África deve ser ouvida em relação às questões de interesse para o continente, realçando que o Consenso de Ezulwini deve ser promovido e não sujeito às negociações.

17. Na sequência dos debates, o Retiro concordou sobre o seguinte:

- i. Sobre a importância do sistema multilateral baseado no princípio de equidade, inclusão, desenvolvimento sustentabilidade, melhoria das condições humanas baseadas na igualdade dos Estados.
- ii. O Conselho Executivo deve reunir-se para avaliar o progresso alcançado no processo de Reformas das Nações Unidas e desenvolver urgentemente estratégias e táticas claras que iriam garantir que a injustiça histórica contra África sobre os dois assentos permanentes, com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, seja novamente abordada.
- iii. África deve continuar a trabalhar conjuntamente, falar com uma única voz e desempenhar um maior papel para dar ímpeto às Negociações Intergovernamentais no contexto da Assembleia-geral das Nações Unidas em Nova Iorque.
- iv. Continuar a falar com uma voz e trabalhar juntamente em questões estratégicas tais como o Financiamento para o Desenvolvimento, a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, as Alterações Climáticas e a Conferência Internacional sobre Comércio;

RACIONALIZAÇÃO DAS CIMEIRAS DA UA E OS MÉTODOS DE TRABALHO DA UNIÃO AFRICANA

18. A Sessão centrou-se na Racionalização das Cimeiras da UA, particularmente em questões relacionadas, entre outras, com o número de convidados; a duração da Agenda e a Cerimónia de Abertura; o número de Decisões e os Eventos Paralelos; os métodos de trabalho e o Regulamento Interno dos Órgãos Deliberativos; a organização das Cimeiras em relação aos Órgãos Deliberativos e os Comitês Técnicos Especializados (CTE) inerentes à definição de funções, sobre as decisões da Cimeira, a realização das cerimónias de abertura da Cimeira, os Convites e os convidados à Cimeira, as reuniões dos Subcomitês da Conferência e os Eventos Paralelos à margem das Cimeiras, as relações com as CER, como Blocos Fundamentais da União e, por último, a questão da racionalização do Regulamento Interno e os Métodos de Trabalho da União. O Retiro recomendou que o Relatório do

Estudo Comparativo sobre os Métodos de Trabalho da União Africana seja submetido ao Comité Ministerial de Acompanhamento sobre a Implementação da Agenda 2063 para a sua análise antes de ser apresentado ao próximo Retiro Ministerial e subsequentemente ao Conselho Executivo.

19. Na sequência dos debates, o Retiro concordou sobre o seguinte:
 - i. Reafirmou a importância de realização do Retiro ao nível Ministerial pelo menos uma (1) vez por ano, como mecanismo de construção de consensos entre os Ministros;
 - ii. Reafirmou a sua decisão de que o Conselho Executivo deve se reunir para fazer acompanhamento da implementação das decisões tomadas;
 - iii. Necessidade de melhorar a gestão do tempo das suas Sessão para garantir a eficiência e eficácia, bem como assegurar que as reuniões tenham a participação em nível adequado e assegurar um compromisso ao nível mais alto para a tomada de decisões e consequente implementação efectiva;
 - iv. A tomada de decisão entre o Conselho Executivo e a Conferência deve ser delineada com clareza e a Conferência deve delegar os poderes de tomada de decisão e mandar o Conselho Executivo para tomar decisões, excepto as principais questões estratégicas;
 - v. Os Comités Técnicos Especializados (CTE) sejam empoderados a tomar decisões finais e vinculativas sobre questões no âmbito da sua competência, excepto quando houver implicações financeiras e estruturais conexas;
 - vi. A Cimeira deve focalizar sobre as questões de políticas estratégicas tais com assuntos de paz e Segurança, Governação e Financeiras;
 - vii. Ao fazer assim, a Conferência pode querer considerar a realização de “sessões à porta fechada” para discutir alguns assuntos estratégicos acompanhados por um ou dois membros das suas delegações, conforme o requeira o assunto a ser debatido; neste contexto, a Conferência também pode decidir convocar um formato de Retiro para ter tempo suficiente de deliberar sobre assuntos estratégicos e interagir entre si;
 - viii. As Comunidades Económicas Regionais devem ser permitidas que participem nas deliberações das Cimeiras para partilhar experiências, sucessos e dificuldades no avanço da agenda de integração continental;
 - ix. É importante de continuar com as duas Cimeiras, contudo, elas devem ser racionalizadas, com uma a concentrar-se nas Questões Políticas com os parceiros, de acordo com o Regulamento Interno; e a outra Cimeira a concentrar-se na implementação das decisões;
 - x. Os Subcomités da Conferência dever apresentar relatórios apenas a uma única sessão por ano; e os membros destes subcomités devem ser rotativos de entre 2-3 anos a fim de permitir a partilha do fardo;

- xi. As Sessões de Abertura da Conferência devem ser conduzida no estilo de reuniões de negócios e de acordo com o Regulamento, com APENAS o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Presidente da autoridade Palestina, com base nas solidariedade histórica Africana com a sua luta, a ser permitidos dirigir-se à Conferência em Pessoa;
- xii. Outros Convidados de Honra devem ser dados plataformas alternativas, no lugar das Sessões de Abertura, para se dirigirem aos Chefes de Estado e de Governo;
- xiii. Existe necessidade de alocar recursos adicionais para interpretação e tradução a fim de aumentar o número do pessoal na Direcção e assegurar que os documentos sejam adequadamente traduzidos e estejam prontos a tempo.

PRIMEIRO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DECENAL DA AGENDA 2063

20. Em relação ao Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063, a Sessão enfatizou a necessidade do seu alinhamento com os quadros continentais visões nacionais existentes e realçaram a necessidade de inclusão, particularmente em termos do envolvimento da Mulher e da Juventude e inclusão de questões dos Estados Pequenos Insulares, bem como a necessidade de internalização pelos estados-membros e Instituições Regionais.

21. Constatou-se a falta de capacidade de implementação da Agenda 2063 bem como a necessidade de uma maior clareza sobre os papéis e responsabilidades de Instituições Continentais e Regionais. Além disso, reconheceu-se que há necessidade de medidas que fortaleçam a mudança da mentalidade através da educação e aquisição do conhecimento.

22. Na sequência dos debates, o Retiro acordou no que segue:

- i. A Conferência deve adoptar o Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063, tendo em conta as contribuições dos Estados-membros e com a compreensão que o documento sofrerá um contínuo aperfeiçoamento, considerando a necessidade do alinhamento com os quadros continentais e as visões nacionais, bem como a inclusão, particularmente em termos do envolvimento das Mulheres e dos Jovens, das necessidades dos pequenos Estados Insulares, dos novos riscos e ameaças, das capacidades existentes e do financiamento disponível;
- ii. Importância da apropriação da Agenda 2063 e do Plano de Implementação Decenal pelos Estados-membros e as CER e, portanto, necessidade de tomarem-se medidas para popularizar a Agenda 2063 e facilitar a sua integração nos planos nacionais e nos quadros regionais. A Comissão deve continuar a trabalhar com os Estados-membros e as CER na integração do Primeiro Plano de Implementação Decenal;

- iii. Necessidade de apresentar uma estratégia global para abordar o défice de capacidades a todos os níveis com vista à implementação do Plano de Implementação Decenal;
- iv. A Comissão deve continuar a empenhar-se em acções necessárias para a rápida finalização do trabalho de avaliação de capacidades, incluindo no nível importante dos Estados-membros tendo em vista um Documento de Avaliação de Capacidades consolidado e um Plano de Desenvolvimento de Capacidades; destacar as aptidões críticas e a formação necessária, bem como os mecanismos para envolver as Universidades e o papel da juventude e das mulheres; para ser analisado na próxima Cimeira em Janeiro de 2016;
- v. A Fundação Africana de Reforço de Capacidades (ACBF) e as outras instituições, tais como a CEA e o BAD, devem continuar a prestar o apoio necessário em relação às dimensões do reforço de capacidades para a Agenda 2063
- vi. Os Estados-membros devem fornecer recursos financeiros e humanos adequados que permitirão a implementação do Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.

ENCERRAMENTO

23. O Retiro Ministerial terminou com considerações do Presidente do Conselho Executivo, S.E. Simbarashe S. Mumbengegwi e da Presidente da Comissão da UA, S.E. Dr^a. Nkosazana Dlamini Zuma, manifestando o seu agradecimento a todos os Ministros e participantes pelas suas valiosas contribuições, bem como ao governo da República da África do Sul pela hospitalidade e excelentes condições proporcionadas para o sucesso do Retiro.

24. Foi sublinhado que os resultados do Retiro serão apresentado e analisado pelo Conselho Executivo durante a sua 27^a Sessão Ordinária, de 11-12 de Junho de 2015 em Joanesburgo, África do Sul.

2015

Outcomes of the Sandston ministerial retreat of the executive council on the first 10-year implementation plan of agenda 2063

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4728>

Downloaded from African Union Common Repository